

## EM DEFESA DA LICENCIATURA

*Francisco Caruso*

*Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas/CNPq*

*Rua Dr. Xavier Sigaud 150, 22290-180, Rio de Janeiro, Brasil*

*Instituto de Física, Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

*R. São Francisco Xavier 524, 20550-013, Rio de Janeiro, Brasil*

A solução do problema educacional brasileiro passa, necessariamente, por duas etapas, que se resumem essencialmente na busca da revalorização do *Saber*. Independente de qualquer política ministerial, este é o compromisso maior que deveria brotar espontaneamente de toda a comunidade acadêmico-científica. As duas etapas a que nos referimos pouco dependem de verbas e são: a conscientização da responsabilidade e do papel de liderança que cabe a esta comunidade na busca desta solução; a sua capacidade de promover, nas Universidades, uma ampla e profunda reestruturação dos currículos de Licenciatura. A Universidade precisa sair de sua redoma de vidro — sem que isto implique o assistencialismo — e assumir a posição de liderança que lhe cabe na busca da solução do maior problema do país: a *Educação Básica*.

A concretização dessas etapas necessita, por sua vez, crucialmente da *autonomia* das Universidades e dos Institutos de Pesquisa. Não a autonomia do *faz de conta* ou a autonomia *orçamentária*, mas a autonomia construída em nome da revalorização do *Saber*, que, verdadeiramente, assegure e estimule a prática da plena *democracia do Saber* no meio acadêmico-científico, ou seja: a autonomia que contemple e valorize todas as áreas e atividades intelectuais, sem qualquer discriminação ou objetivo imediatista ditado por interesses corporativos e/ou por políticas governamentais. Se esta for a essência da proposta de regulamentação do artigo 207 da Constituição, que consagra o princípio da autonomia universitária — anunciada pelo governo para 1995 [1] — estará sendo cumprido, em nossa opinião, um dos mais importantes requisitos no sentido de estimular e viabilizar uma reformulação geral de todas as Licenciaturas.

Neste ensaio, vamos nos limitar a discutir porque uma mudança profunda da filosofia

dos cursos de Licenciatura deve, neste momento, ser considerada a principal contribuição da Universidade à sociedade brasileira, embora defendamos que o problema educacional deva ser atacado simultaneamente pelos dois extremos, *i. e.*, Licenciatura e Pós-Graduação. Algumas questões referentes à Pós-Graduação foram discutidas em [2,3].

Em fevereiro deste ano, a nação foi sacudida com o tão esperado lema *Acorda Brasil: Está na hora da escola*, com o qual o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o programa nacional para melhoria do ensino básico [4]. Em meio à euforia inicial, compreensível pela expectativa criada há décadas, fala-se, com destaque, em ensino especial via satélite dentro de todas as escolas; ensino por assinatura de TV. E quanto à formação do professor? Qual o programa de governo para incentivar a reestruturação das Licenciaturas e das Escolas Normais, adequando-as a tão grande novidade? Numa engrenagem complexa onde, segundo a ref. [4], *O MEC entra com a orientação básica, o Ministério das Comunicações com o satélite, e a Secretaria de Comunicação Social sensibiliza a sociedade para equipar as escolas*, quem se ocupa em evitar que o professor seja um mero apresentador de programas de TV, insensível às profundas diferenças culturais do país? Em nossa opinião, a Universidade deve assumir esta responsabilidade.

Não podemos esquecer que o professor deve estar sempre preocupado com a educação do jovem, *lato sensu*, ou seja, além da formação acadêmica, ele deve estar preparado para preocupar-se com a formação cultural, ética e moral do estudante, além de ser capaz de estimular seu espírito crítico e capacidade de análise.

Nas sociedades ocidentais, o professor primário divide com a família uma enorme responsabilidade quanto à formação do caráter da criança. Entretanto, no Brasil, a função educacional da Escola ficou relegada a um segundo plano. No interessante artigo “*Professor não é Parente*” [5], menciona-se e analisa-se o fato de que somos o único país do mundo em que as professoras primárias são chamadas de *tias* pelos seus alunos. Ora, a função social da *tia* na família é geralmente a de paparicar os sobrinhos. É como se as professoras primárias fossem babás de luxo das crianças. O impacto e as conseqüências desta relação podem ser observados na graduação e, até mesmo, no comportamento de alguns alunos no início da Pós-Graduação. A sociedade deve, portanto, conscientizar-se da importância da Escola — meio indispensável à cidadania — e, em seguida, preocupar-se com a qualidade da formação profissional do professor. Deve também exigir um maior controle, por parte do governo, do exercício do magistério. Qualquer pessoa que dê aula nos cursos de Licenciatura sabe que não é pequeno o número de alunos que lecionam irregularmente em escolas particulares.

Num país como o Brasil, onde ainda se discute a democratização do mais poderoso instrumento de formação de opinião, que é a mídia eletrônica, ensinar é, sem dúvida, uma tarefa muito difícil [6]. À medida que a televisão está definitivamente dentro das casas das pessoas como a janela da realidade do mundo (o real é o que passa na telinha) e ela oferece cada vez mais novelas e filmes sobre violência aos telespectadores, é até muito provável que qualquer revolução educacional deva ter que passar pela televisão na sala de aula, mas, certamente, isto não poderá ocorrer, de forma responsável, antes da *revolução das Licenciaturas*. Qualquer tentativa açodada neste sentido cerceará a liberdade do professor em sala de aula.

O modelo que pretendia por o professor em sala de aula com o menor cabedal possível, representado pela *Licenciatura Curta*, felizmente foi superado. Entretanto, é importante frizar que dele restou o prevalecimento da *forma* em detrimento do *conteúdo*. Tomemos, por exemplo, a Licenciatura em Física, com a qual estamos mais familiarizados. De fato, nos dois últimos anos de curso há sempre um grande número de cadeiras pedagógicas e é mínimo o número de cursos que abordam temas de física moderna. Para que aprender mecânica lagrangeana, hamiltoniana e mecânica quântica se, no segundo grau o professor só vai ensinar mecânica newtoniana? Ou para que aprender latim se é uma língua morta? — perguntaria um licenciando de Letras. Estas são típicas perguntas de alunos de Licenciatura que, naturalmente, não conseguem enxergar o quanto sua aula de física seria enriquecida se ele soubesse as limitações da teoria e do formalismo newtoniano, ou sua aula de português, mais rica ao conhecer a origem de sua língua materna. A culpa desta postura, fortemente arraigada nas Universidades, não pode (e não deve) ser imputada ao aluno. Ela é um reflexo da incapacidade do corpo docente em transmitir aos alunos o que deles é esperado ou, quem sabe, da falta de nitidez na definição do perfil de profissional que se está contribuindo para formar.

Há, portanto, um desequilíbrio evidente entre *forma* e *conteúdo* nas Licenciaturas. Por trás deste *modus faciendi* está a pretensão de que um bom aluno de quinta série, se lhe for ensinada a didática, pode ensinar os alunos de terceira ou quarta série. Infelizmente, esta é — ainda que expressa por uma imagem caricatural — a essência da filosofia que norteia nossas Licenciaturas. É necessário que se compreenda e se explique aos alunos de Licenciatura o quanto esse sistema de formação de professores está a serviço da desinformação, do consumismo, da alienação e da falta de diálogo entre gerações resultante da inexistência de uma bagagem cultural mínima que sirva de referência. É um erro histórico o país in-

sistir neste sistema, se ele pretende seguir a tendência mundial. Aqueles que defendem as idéias neo-liberais, hoje em dia, que tanto falam na *globalização da economia*, não podem ignorar o quanto ela depende da *globalização da educação*. Várias multinacionais, no exterior, estão se preparando para vencer os desafios do século XXI investindo na qualidade da formação e da educação de seus funcionários.

As Universidades precisam agora, sobretudo, inovar, ousar, para tentar realmente resolver, com responsabilidade, a questão do ensino primário e secundário, apostando na qualidade profissional de um novo professor formado, a partir de agora, dentro de um currículo de Licenciatura que valorize muito mais o seu *conteúdo*, e menos a *forma*. Esta é, sem dúvida, uma contribuição das mais importantes que o meio acadêmico pode dar hoje à sociedade. Uma atitude pioneira fundamental para resgatar uma das responsabilidades maiores da Universidade: romper com um ciclo educacional extremamente pernicioso, que, inexorável e cumulativamente, vem contribuindo, nas últimas décadas, para o prevalecimento do ocultismo intelectual em nosso país. E qual é este ciclo?

O aluno que ingressa na Universidade mal preparado, ao deparar-se, ao final dos dois primeiros anos de curso, com a escolha entre Bacharelado e Licenciatura, escolhe esta última, pela constatação evidente de um currículo muito mais fácil de ser cumprido do que o do Bacharelado. Mais fácil, não somente pelo reduzido número de disciplinas da área do curso, mas também, pelo fato de que as poucas disciplinas de área, que deveriam ser comuns ao Bacharelado, possuem, frequentemente, ementas simplificadas. Este aluno, por sua vez, (supostamente) sabendo a *didática* mas não *o que ensinar*, vai ser professor de outros alunos que serão forçosamente ainda mais mal formados do que ele foi e, assim, sucessivamente, como num reação em cadeia.

É, portanto, imprescindível que se inicie já um movimento em defesa da Licenciatura, centrado na capacitação do professor. Na Educação, mais do que em qualquer outra atividade humana, o tempo é uma medida implacável daquilo que não foi feito, e o Brasil já esperou muito ...

Apesar do quadro atual do ensino básico no Brasil, temos a esperança de que, se a questão do ensino básico começar a ser discutida, com a participação de professores e pesquisadores de todo o país, possamos encontrar uma solução a médio prazo. No Rio de Janeiro, por exemplo, podemos citar algumas iniciativas nesta direção que conhecemos de perto. O LAFEX (Laboratório de Física de Altas Energias) do CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas) organiza uma escola bienal dedicada: a professores de

ciências e de física do primeiro e do segundo grau, a alunos de Licenciatura e a jornalistas científicos, propiciando um canal de aproximação entre pesquisadores e professores [7]. A UFF (Universidade Federal Fluminense) tem organizado também, uma Escola objetivando o aperfeiçoamento de professores. A Regional Rio da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) está tentando criar meios para dar vida à idéia do Prof. José Leite Lopes de levar pesquisadores às escolas do ensino básico, para que nelas façam palestras periodicamente sobre assuntos científicos [8]. Desta idéia já foi informado o atual Ministro da Educação. Todas estas formas de contribuição são, inegavelmente, muito importantes e as pessoas ligadas à área de ensino básico devem encará-las como uma motivação externa para que se promova uma ampla reformulação dos currículos de Licenciatura. Difundir a consciência de que a eficácia dessas iniciativas seria muito melhor se acompanhadas desta reformulação curricular é uma tarefa que pesquisadores, professores, sociedades científicas e sindicatos de professores devem assumir.

Sobre este ponto, A UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) vem promovendo a reestruturação dos currículos de vários cursos. O seu Instituto de Física, em particular, implantou, há cerca de quatro anos, um currículo de Licenciatura plena em física, voltado para solucionar os problemas acima mencionados [9]. Em particular, este currículo oferece ao aluno, nos dois últimos anos de curso, um conteúdo de física, quantitativa e qualitativamente, melhor do que o anterior, além de abrir novas perspectivas para o recém-formado. Ele pode completar seu Bacharelado em um ano, cursando apenas mais seis disciplinas — enquanto pelo antigo currículo seriam necessários pelo menos dois anos —, ou pode se candidatar a uma bolsa de mestrado em Ensino de Física ou mesmo em Física. Claro que o novo currículo deve ainda ser avaliado, e provavelmente revisto, após a formação de algumas turmas de Licenciatura, principalmente no que tange às disciplinas oferecidas pela Faculdade de Educação. O número dessas disciplinas deve ser muito diminuído e as restantes devem ter novos conteúdos programáticos, que abordem não somente os temas essenciais da Educação, de forma mais aprofundada, como também analisem, de forma crítica, a realidade das escolas básicas e das escolas normais de hoje.

Como relator desta revisão curricular, lembro-me da enorme resistência que encontramos, no início de nossa proposta, entre alunos e parte dos nossos colegas. Superada esta fase, foi com grande satisfação que vimos vários alunos de Licenciatura, regidos pelo currículo antigo, solicitarem transferência para o currículo novo, por ocasião de sua implantação, mesmo que isto representasse ter que enfrentar um currículo bem mais complexo

e até mesmo refazer certos cursos já feitos. Este fato em si já é um bom indício de que estes futuros professores deverão ter uma atitude diferente com relação ao magistério.

Agora temos a certeza de que a escolha da Licenciatura é, pelo menos no Instituto de Física da UERJ, uma escolha por vocação, por amor ao ensino e, por que não dizer, por sacerdócio. Só o tempo poderá testemunhar sobre o impacto desta nova proposta. Agrada-nos pensar, enquanto isto, que outras Universidades poderão rever, em breve, seus cursos de Licenciatura, norteadas pelo desejo de formar professores conscientes de que “*A paixão já não é um obstáculo ao conhecimento. É o caminho para ele.*” [10]. Como disse Bertrand Russell uma vez: “*O conhecimento existe; mas a falta de amor não permite que seja aplicado. Às vezes a falta de amor para com as crianças quase me leva ao desespero ...*” [11].

## AGRADECIMENTOS

É para mim um enorme prazer agradecer aos colegas e amigos que, de diversas formas, contribuem para a melhoria do ensino básico; em particular, aos Profs. José Maria Filardo Bassalo, José Leite Lopes, Nádia Lima Caruso, Roberto Moreira Xavier, Mario Novello, Bruto Max Pimentel, João Salim Miguel, Luiz Muniz Barreto, Alberto Santoro e Ronald Shellard, pelas freqüentes trocas de idéias sobre questões ligadas ao tema deste ensaio, as quais muito me motivaram a escrevê-lo.

## REFERÊNCIAS

- [1] – “Autonomia universitária começa em 95”, *Jornal da Ciência Hoje*, Ano IX, No. 316, p. 1, de 10 de março de 1995.
- [2] – José Maria Filardo Bassalo, *Proposta de reformulação dos cursos de Pós-Graduação e Graduação*, em preparação.
- [3] – Francisco Caruso, “(...) e derrota da ciência nas bolsas?”, carta publicada no *Jornal da Ciência Hoje*, Ano IX, No. 303, p. 1, de 5 de agosto de 1994; “A atual política de bolsas de pós-graduação: crônica de uma morte anunciada”, jornal *Nação Brasil*, Ano I, No. 32, p. 14, de 26 de setembro de 1994, e *ibid.* No. 33, p. 4, de 10 de outubro de 1994, Rio de Janeiro.
- [4] – “Pela melhoria do ensino básico”, *Jornal da Ciência Hoje*, Ano IX, No. 314, p. 1, de 10 de fevereiro de 1995.
- [5] – Maria Celeste Leitzke, “Professor não é Parente”, *Veja*, Ano 28, no. 12, p. 118, 22 de março de 1995. Agradeço ao Prof. R. Moreira Xavier por me ter apontado este artigo.
- [6] – José Monserrat Filho, Alberto Santoro & Milton Temer, “A mídia, a divulgação e o ensino de física”, texto referente à mesa redonda organizada na LISHEP93, publicado na ref. [7], pp. 257-168.
- [7] – Francisco Caruso & Alberto Santoro (Eds.), *Do átomo grego à Física das Interações Fundamentais*, Rio de Janeiro, AIAFEX, 1994.
- [8] – “SBPC vai à escola”, *Jornal da Ciência Hoje*, Ano IX, No. 317, p. 5, de 24 de março de 1995.
- [9] – Deliberação do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UERJ No. 021/91: *Regula o Currículo Pleno do Curso de Física*; Cf. também *Catálogo de Graduação*, coordenado e editado por Nádia Lima Caruso, Rio de Janeiro, UERJ, março de 1995.
- [10] – Isaias Pessotti, *Aqueles Cães Malditos de Arquelaú*, Rio de Janeiro, Ed. 34, 2a. edição, 1994, p. 137.
- [11] – Bertrand Russell, *Educação e Vida Perfeita*, São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1941, p. 264.